
Sumário

Apresentação	vii
<i>Creso Franco</i>	
capítulo 1 Iniciativas Recentes de Avaliação da Qualidade da Educação no Brasil	15
<i>Creso Franco e Alícia Bonamino</i>	
capítulo 2 Evoluções em Avaliação	29
<i>Menga Lüdke</i>	
capítulo 3 A Organização da Escolaridade em Ciclos: Ainda um Desafio para os Sistemas de Ensino	35
<i>Jefferson Mainardes</i>	
capítulo 4 Séries ou Ciclos: O Que Acontece Quando os Professores Escolhem?	55
<i>Claudia Fernandes e Creso Franco</i>	
capítulo 5 Dilemas para a Avaliação: O Caso dos Conjuntos no Ensino da Matemática	69
<i>Maria Isabel Ramalho Ortigão e Paola Sztajn</i>	
capítulo 6 Modelos da Realidade: Novas Abordagens para a Compreensão de Processos Educacionais	85
<i>Harvey Goldstein</i>	

capítulo 7	Evoluções Recentes do Debate sobre a Escola, a Cultura e as Desigualdades na França 101 <i>Jean-Claude Forquin</i>
capítulo 8	Determinantes de Desempenho dos Alunos do Ensino Básico Brasileiro: Evidências do SAEB de 1997 121 <i>José Francisco Soares, Cibele Comini Cesar e Juliana Mambrini</i>
capítulo 9	A Escola Brasileira Faz Diferença? Uma Investigação dos Efeitos da Escola na Proficiência em Matemática dos Alunos da 4ª Série 155 <i>Maria Eugênia Ferrão Barbosa e Cristiano Fernandes</i>

Apresentação

Creso Franco

Nos últimos anos, a avaliação vem desempenhando um papel crescente nas mais diversas áreas da educação. Tal papel levou Carlos Roberto Jamil Cury a concluir que a atual LDB vai da negação de um sistema nacional de educação à afirmação de um sistema nacional de avaliação. Essa dimensão da avaliação desdobra-se em iniciativas, tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o “Provão” e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de diversas iniciativas regionais e internacionais de avaliação de redes de ensino. Outra dimensão da avaliação, cuja presença tem sido marcante nos últimos anos, envolve a avaliação dos alunos na escola e sua repercussão em termos de fluxo escolar. Essa dimensão desdobra-se em temas como a autonomia docente, as políticas de inclusão social, a avaliação continuada, os ciclos e as políticas de superação da distorção idade-série. Os diversos capítulos desse livro relatam algumas pesquisas e aprofundam a discussão sobre esse amplo conjunto de temas. Nesta introdução, apresento os capítulos do livro e procuro ressaltar as principais contribuições de cada capítulo para o aprofundamento do conhecimento do estado atual e do papel da avaliação na educação brasileira.

O livro possui três núcleos temáticos: o primeiro apresenta o estado atual da avaliação no Brasil; o segundo aborda o tema da organização do ensino em ciclos e das repercussões desse tipo de opção no cotidiano escolar e nas políticas educacionais; o terceiro volta-se para a avaliação do Ensino Básico, a partir de dados gerados no âmbito de avaliações em larga escala.

Em “Iniciativas recentes em avaliação no Brasil”, Creso Franco e Alcília Bonamino apresentam um panorama das iniciativas em curso no País. Os autores descrevem e analisam um amplo leque de instâncias de avaliação, inclu-

indo o SAEB, o ENEM, a avaliação dos cursos superiores de graduação, algumas iniciativas estaduais de avaliação do Ensino Fundamental e Médio e a participação do Brasil em avaliações internacionais, nomeadamente a participação do Brasil na avaliação promovida pela UNESCO/OREALC em 11 países da América Latina e do Caribe e a inserção do Brasil no Program of International Student Assessment, da OCDE. Provavelmente, trata-se do mais abrangente texto sobre as iniciativas de avaliação da qualidade da educação no Brasil. Como decorrência dessa abrangência, o estilo é claramente descritivo, o que não impediu os autores de indicar para os leitores obras analíticas sobre os diversos aspectos abordados no capítulo, nem de apresentarem suas análises pontuais sobre alguns aspectos descritos.

A contribuição de Menga Lüdke – “Evoluções em avaliação” – pode ser encarada como um artigo de posicionamento. Com base em sua larga experiência na área de avaliação, a autora apresenta as razões que a levam a um otimismo cauteloso em relação à organização do ensino em ciclos, ao mesmo tempo em que aponta alguns problemas que podem estar associados à implantação dessa forma de organização da escolarização. Menga Lüdke aborda ainda o tema da avaliação das escolas e sinaliza para as experiências internacionais em que esse tipo de avaliação levou a um reducionismo, que pouco contribuiu para a efetiva melhoria da educação. Por fim, a autora posiciona-se sobre o instigante e polêmico tema da avaliação do professor, salientando a importância da auto-avaliação e de avaliações externas, baseadas em critérios que promovam a valorização da carreira e do *status* do profissional do magistério.

O tema da organização do ensino fundamental e da política de avaliação dos alunos na escola é central nos dois capítulos seguintes. Jefferson Mainardes, em “A organização da escolaridade em ciclos: ainda um desafio aos sistemas de ensino”, faz uma ampla discussão da origem das propostas de “promoção automática” no Brasil, avalia a experiência dos ciclos básicos de alfabetização que emergiram na década de 80 e explora as contribuições da reflexão sobre a experiência brasileira com ciclos e sobre as políticas de não-reprovação para o equacionamento de temas colocados pela atual LDB. O capítulo é particularmente relevante para aqueles que se interessam genuinamente pelo debate sobre as potencialidades e limitações de ciclos e de políticas de não-reprovação, já que o autor oferece uma análise balanceada do tema, abrangendo tanto os aspectos de inclusão social inerentes às propostas de não-reprovação, quanto o reducionismo economicista freqüentemente presente em propostas dessa natureza.

O capítulo escrito por Claudia Fernandes e Creso Franco – “Séries ou ciclos: o que acontece quando os professores escolhem?” – baseia-se em uma investigação sobre o processo de decisão no âmbito das unidades escolares acerca da forma de organização do ensino fundamental no estado de Minas Gerais. Tal processo teve origem em conexões da política educacional de ciclos com a política eleitoral mineira e redundou em uma situação particular-

mente fecunda para a compreensão das tensões e das estratégias relacionadas com as diferentes formas de conceber a avaliação nas escolas. Além de destacar a existência de elementos de continuidade na assimilação de inovações pelo sistema educacional mesmo em situações em que a política educacional sofre mudanças abruptas, os autores enfatizam a complexidade e os novos desafios inerentes às tentativas de extensão da política de ciclos e de promoção continuada para a 2ª metade do ensino fundamental. Para os autores, a formação e a identidade profissional diferenciadas do professor que leciona nesse segmento do ensino fundamental fornece a chave para a compreensão da complexidade inerente à adoção da progressão continuada na segunda metade do ensino fundamental.

O tema da avaliação do sistema educacional é introduzido por Paola Sztajn e Isabel Ortigão. A investigação relatada focaliza o SAEB, mais especificamente, o processo de construção da Matriz Curricular de Referência para o SAEB na área de Matemática. No âmbito do SAEB, essa matriz precisaria refletir o que de fato tem sido ensinado nas escolas brasileiras. As autoras mostram como os especialistas que desenham a matriz lidam com as tensões entre a descrição dos elementos comuns enfatizados por diversas propostas curriculares e a prescrição das preferências pedagógicas e curriculares de grupos profissionais.

Em “Modelos da realidade”, contribuição de Harvey Goldstein ao livro, o tema da avaliação em larga escala é desenvolvido a partir da discussão dos desenhos de pesquisa adequados para a avaliação de unidades escolares e redes de ensino e dos métodos quantitativos de análise apropriados para a mensuração da efetividade do ensino ministrado pelas escolas. O autor inicia seu texto registrando que uma queixa freqüente dos críticos das avaliações em larga escala refere-se ao reducionismo associado a essas aferições e indicando sua concordância com parte desses críticos. Mais especificamente, a posição de Goldstein enfatiza que o reducionismo das aferições está associado à hegemonia dos técnicos em teoria de medidas nessas aferições e à sobrevalorização da psicomетria via Teoria de Resposta ao Item (TRI), com a conseqüente baixa prioridade dos temas relacionados com o desenho de pesquisa, o levantamento de informações e as estratégias de análise capazes de oferecer um quadro mais amplo da situação de escolas e redes de ensino. Muito embora Goldstein escreva a partir de eventos referidos ao contexto internacional, é importante sublinhar a pertinência dessas reflexões para o contexto brasileiro. Afinal, faz-se necessário reconhecer que o desenvolvimento dos sistemas de avaliação no Brasil, durante a década de 90, enfatizaram os temas psicométricos – certamente relevantes para a avaliação educacional – enquanto deixaram à sombra as questões sociológicas relacionadas com a avaliação. Esse tema será retomado mais à frente, em meu comentário sobre os artigos que fazem uso das bases de dados do SAEB. No prosseguimento do capítulo, Goldstein apresenta as características gerais dos modelos hierárquicos e da abordagem do valor agregado como uma estratégia capaz de orientar

os desenhos de pesquisa e a estratégia de análise de dados da avaliação educacional. A incorporação dos modelos hierárquicos à avaliação educacional brasileira é um desafio que começa a ser enfrentado, e dois capítulos desse livro dedicam-se ao tema. Já a abordagem do valor agregado impõe a necessidade de medidas longitudinais envolvendo os mesmos alunos. Em avaliações de larga escala, este tipo de requisito acaba por impor avaliações de caráter censitário, o que tem implicações em termos de custos e da intrusividade da avaliação no sistema educacional. Registre-se que, no Brasil, mesmo os sistemas de avaliação censitários e com perspectiva longitudinal, como o do Estado de São Paulo, freqüentemente deixam de identificar os respondentes de modo individual, o que tem sido explicado como estratégia de superação dos justificados temores de que a avaliação possa vir a ser utilizada como elemento de implementação de políticas neoliberais em educação. Essa característica das avaliações brasileiras inviabilizam a adoção entre nós da abordagem do valor agregado, ao menos em sua formulação padrão. No entanto, a contribuição do capítulo de Goldstein para o Brasil é imensa, e destaco aqui sua análise do reducionismo associado ao privilégio da TRI em detrimento de outros aspectos da avaliação e do potencial do uso de modelos hierárquicos em avaliação educacional. Face às dificuldades e aos inconvenientes relacionados à adoção no Brasil da abordagem do valor agregado em sua forma clássica, cabe a nós o desenvolvimento de alternativas que sejam sólidas, tanto em termos de pesquisa educacional quanto de metodologia estatística, e adequadas às nossas peculiaridades culturais e políticas.

Em “Evoluções recentes do debate sobre a escola, a cultura e as desigualdades na França”, Jean-Claude Forquin apresenta, a partir do caso francês, um amplo panorama do desenvolvimento das abordagens interpretativas do tema das desigualdades sociais. O balanço oferecido por Forquin explicita dois desafios que ainda precisam ser melhor equacionados pelos sistemas de avaliação em larga escala. O primeiro refere-se ao papel desempenhado pelas estratégias familiares nos resultados da escolarização, aspecto que os instrumentos dos *surveys* ainda têm grande dificuldade em captar. O segundo relaciona-se com o tema dos “saberes fundamentais”, sua repercussão sobre o currículo e, sob o ponto de vista da avaliação, suas conseqüências para os instrumentos cognitivos da avaliação educacional.

Os dois capítulos finais do livro apresentam resultados de análises dos dados do SAEB 97. Ambos os capítulos investigam os fatores explicativos da proficiência em Matemática e fizeram uso da modelagem hierárquica (ou multinível), uma das técnicas adequadas para a modelagem de dados de amostras probabilísticas complexas, como é a amostra do SAEB. A contribuição de Juliana Mambrini, Francisco Soares e Cibele Cesar – “Determinantes de desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997” – focaliza a 8ª série, enquanto o trabalho de Maria Eugênia Ferrão e Cristiano Fernandes – “A escola faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série” – faz uso dos dados da 4ª

série do ensino fundamental. Ambos os capítulos são bastante bem resolvidos em termos metodológicos, e as diferenças no desenvolvimento dos capítulos é ilustrativa no sentido de que os métodos quantitativos não deixam de incorporar a marca distintiva de cada pesquisador que conduz a pesquisa. Assim, Mambrini, Soares e Cesar investiram bastante na construção de escalas, que foram posteriormente usadas na modelagem como fatores explicativos da proficiência. Outra peculiaridade do capítulo desses autores é a ênfase na apresentação dos resultados por estados da federação. Já a contribuição de Ferrão e Fernandes investe esforços na caracterização da diferença entre escolas. Quanto aos resultados alcançados pelos autores, será relevante comentar aqui sobre os achados relacionados a gênero. Os resultados indicam que há diferenças significativas entre meninos e meninas na 8ª série, o que é um resultado compatível com diversas pesquisas conduzidas no cenário internacional. No entanto, não há diferença estatisticamente significativa no desempenho em Matemática entre meninos e meninas na 4ª série, o que sugere que a diferença possa estar sendo criada durante o período que separa a 5ª da 8ª série. Outros sistemas de avaliação que produzam dados sobre a 5ª, 6ª e 7ª séries poderão ser úteis na exploração da hipótese de que a diferença possa estar sendo causada ou enfatizada por características de estilo de professores licenciados em Matemática. Por fim, vale a pena comentar um resultado convergente de ambas as pesquisas, relacionado com o grande papel desempenhado pelo fator tipo de rede, nos modelos apresentados nos dois capítulos. A interpretação que se pode dar a esse resultado depende da confiança que os pesquisadores tenham na capacidade de que as outras variáveis disponíveis possam dar conta da influência dos fatores socioeconômicos e intra-escolares na proficiência dos alunos. A hipótese que emerge dos resultados apresentados é a de que a efetiva influência dos fatores socioeconômicos e intra-escolares não foi adequadamente captada pelos instrumentos do SAEB 97, aspecto que pode estar relacionado com a já mencionada subestimação dos aspectos sociológicos na avaliação. O grupo de pesquisa em avaliação educacional da PUC-Rio, junto com técnicos do INEP, fizeram modificações nos instrumentos do SAEB 99, de modo a contemplar, ainda que parcialmente, algumas das questões relacionadas com os instrumentos do SAEB discutidas nessa apresentação. Novas pesquisas com dados do SAEB 99 poderão clarificar a questão da influência da rede na proficiência.

Por fim, deve ser registrado o agradecimento às instituições de fomento à pesquisa – CNPq, CAPES, INEP, FAPERJ e Fundação Ford – que, de modo diferenciado, apoiaram as pesquisas apresentadas neste livro.